



XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **02/07/2019**

Aprovado em: **03/07/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.04.02>

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SERGIPE: IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
PROFESSOR JOÃO CARDOSO NASCIMENTO JÚNIOR SPECIAL EDUCATION IN SERGIPE:
IMPLEMENTATION OF THE SCHOOL OF SPECIAL EDUCATION PROFESSOR JOÃO CARDOSO
JUNIOR BIRTH EDUCACIÓN ESPECIAL EN SERGIPE: IMPLEMENTACIÓN DE LA ESCUELA DE
EDUCACIÓN ESPECIAL PROFESOR JOÃO CARDOSO NASCIMENTTO JÚNIOR

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

ADRIANA DE ANDRADE SANTOS, ANA CLAUDIA SOUSA MENDONÇA, MARIA IRANILDE SANTOS
SOUZA DA SILVA

RESUMO: O estudo trata da implementação da Escola de Educação Especial Professor João Cardoso Nascimento Júnior, da Rede Estadual de Educação do Estado de Sergipe, atualmente denominada Centro de Atendimento Educacional Especializado João Cardoso Nascimento Júnior/CAEEJCNJ, a partir do ano de 2017, por meio da Resolução nº 326/2017/CEE, de 28/09/2017. É um estudo de cunho bibliográfico e documental, no qual se faz um panorama dos Movimentos Políticos voltados para a Educação Especial no Brasil, assim como as leis que embasaram toda a história da implantação da Educação Especial em Sergipe. A metodologia aplicada foi com abordagem na História Cultura, e a coleta de dados ocorreu através das análises de documentos institucionais. Mediante os objetivos traçados de historicizar o CAEEJCNJ, bem como o trabalho que ele realiza, as conclusões pretenderam contribuir com a importância dessa instituição para a sociedade aracajuana no que tange à Educação Especial do Estado.

ABSTRACT: The study is about the implementation of the Special Education School Professor João Cardoso Nascimento Júnior, of the State Education of Sergipe, now called Specialized Educational Assistance Center João Cardoso Nascimento Júnior / CAEEJCNJ, from 2017, for Resolution No 326/2017 / CEE, of 09/28/2017. It is a bibliographical and documentary study, which gives an overview of the Political Movements focused on Special Education in Brazil, as well as the laws that underpinned the whole history of the implementation of Special Education in Sergipe. The applied methodology was based in Cultural History approach and the data collection took place through the analysis of institutional documents. Through the objectives of historicizing the CAEEJCNJ, as well as the work offered, the conclusions sought to contribute to the importance of the college to the Aracaju society regarding the Special Education of the State.

RESUMEN: El estudio se trata de la implementación de la escuela de Educación Especial profesor João Cardoso Nascimento Júnior, de la Red Estadual de Educación del Estado de Sergipe, hoy denominado Centro de Atención Educativa Especializada João Cardoso Nascimento Júnior/CAEEJCNJ, a partir del año 2017, por medio de la Resolución número 326/2017/CEE, de 28/09/2017. Es un estudio de cunho bibliográfico y documental donde se hace un panorama de los movimientos políticos dirigidos a la Educación Especial en Brasil, así como a las leyes que basaran toda la historia de la implantación de la Educación Especial en Sergipe. La metodología aplicada fue con enfoque en la Historia Cultural y la recolección de datos ocurrió a través de los análisis de documentos institucionales. Mediante los objetivos trazados de historizar el CAEEJCNJ, así como el trabajo ofertado, las conclusiones pretendieron contribuir con la importancia del mismo para la sociedad aracajuana en lo que se refiere a la Educación Especial del Estado.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em tela apresenta um panorama de movimentos políticos voltados para a Educação Especial no Brasil e trata de sua implantação no estado de Sergipe, aqui representada através da história da criação do Centro de Referência em Educação Especial do Estado de Sergipe (CREESE), conhecido atualmente como Escola de Educação Especial Professor João Cardoso Nascimento Júnior.

A metodologia utilizada foi a histórico-cultural, e a coleta de dados ocorreu através de análises de documentos institucionais como decretos, portarias e relatórios envolvendo a pessoa com deficiência, mantidos no arquivo da instituição. Revelamos os personagens envolvidos na criação do Centro, além da importância do convênio firmado entre o Governo do Estado de Sergipe e Cuba na implementação desse estabelecimento de ensino.

A educação é vista como um direito de todos, cabendo ao Estado custeá-la. Segundo o Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB): “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LEI nº 9.394/96).

Apesar disso, constata-se que há atualmente milhões de brasileiros sem o devido acesso à educação em virtude de fatores como limitações ao acesso escolar, gestação precoce, necessidades especiais, miséria, condições financeiras precárias, necessidade de trabalhar, déficit de aprendizagem, dentre outros.

A LDB 9394/96 regulamenta a educação no Brasil concomitantemente com a Constituição Federal de 1988, assegurando a Educação Especial como modalidade de Ensino oferecida, de preferência, na rede regular.

É dever tanto da família como do Estado primar “pelo pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LEI nº 9.394/96). Cabe ao Estado obedecer aos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

Além dos princípios postos em tela, o Estado deve priorizar e manter a salvo de discriminações e quaisquer eventuais constrangimentos as pessoas com deficiência. Desta forma, também é dever do Estado:

Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, LEI Nº 12.796, 2013).

O Decreto nº 3.956/2001 conceitua deficiência como “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”.

O Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil trabalha com quatro fases referentes a correntes históricas ou linhas de pensamento que tratam da pessoa com deficiência: 1) Eliminação: na cidade - Estado de Esparta era preconizado o melhoramento da espécie humana; 2) Segregação: emerge a necessidade de sociedade construir asilos; 3) Integração: pessoas são mutiladas nas duas guerras mundiais e forçadas a adaptar-se à sociedade; e 4) Inclusão: sociedade da inclusão em acessão.

Percebem-se assim as quatro fases da história da Educação Especial: a Exclusão, através da qual as pessoas com deficiência são descartadas, mutiladas e punidas; a Segregação, onde havia o isolamento social, seguido da caridade e assistencialismo; a Integração, adaptação ao meio, normalização, treinamento para viver em sociedade e o momento da inclusão, quando essas pessoas manifestam-se com relação às suas necessidades, cabendo à sociedade a prestação de serviços que visam à qualidade de vida e inclusão social.

Para uma melhor compreensão, abordaremos a seguir movimentos históricos à luz da Educação Especial no Brasil, frente às dificuldades para que todos tenham igualdade de deveres e direitos educacionais, sociais e políticos.

PANORAMA DE MOVIMENTOS POLÍTICOS VOLTADOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Na atualidade, as pesquisas dedicadas à área de Educação Especial vêm ganhando espaço nas universidades, contrapondo o surgimento tímido dos debates voltados para a educação da pessoa com deficiência no país e, especialmente, no estado de Sergipe.

Para Souza (2017), entre as décadas de 20 e 30 do século XX não houve criação de escolas ou entidades sem fins lucrativos voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência em Sergipe. Entretanto, esse foi também um período marcado pelo avanço “nos conhecimentos científicos com o estudo constante de uma pedagogia para os *anormais*” (SOUZA, 2017, p. 68), nomenclatura utilizada na época.

Na década seguinte são criadas as Sociedades Pestalozzi do Brasil, de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. Um fator mundialmente marcante que compreende o final da década de 1930 e meados da de 1940 foi a Segunda Guerra Mundial, na qual Adolf Hitler ordenou que judeus, negros, ciganos e pessoas com deficiência fossem exterminados, com o argumento de defesa de uma linhagem ariana pura.

No ano de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, em seu artigo 25, faz menção à pessoa deficiente, da seguinte forma:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle (BRASIL, s/d, p. 8).

De acordo com o texto elaborado pelo Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil, estima-se que 271 mil deficientes, entre crianças e adultos, foram dizimados em prol da política da raça ariana pura.

Nos anos rebeldes que compreendem a década de 1960, a nomenclatura utilizada para fazer referência às pessoas deficientes era a palavra “excepcionais”, como nos revelam os artigos 88 e 89 da Lei nº 4.024/61.

A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade [...]. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, Lei nº 4.024, 1961).

Os anos de 1960 foram marcados pela arte, política, ciência, tecnologia, guerras, dentre outros fatos relevantes. Constata-se que nessa década houve uma diminuição nos casos de doenças, como a poliomielite. Em contrapartida cresceram “os casos de deficiência associados a causas violentas, principalmente acidentes automobilísticos (carro e motocicleta), de mergulho e ferimentos ocasionados por armas de fogo” (BRASIL, s/d).

Em nível mundial, sobretudo nos Estados Unidos, surgem “os primeiros movimentos organizados por familiares de pessoas com deficiência” (BRASIL, s/d), e a comunidade surda ganha voz com a publicação do livro *Estrutura de Linguagem: uma abordagem do sistema de comunicação visual do surdo americano*, escrito por Willian Stokoe.

No Brasil, através do Decreto nº 48.961/60, é instituída a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME). Em 1962, realiza-se o I Encontro Nacional de Dirigentes Apaeanos, e neste mesmo ano é fundada a Fenapaes – Federação Nacional das APAEs[1], visando ao atendimento a pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

Em 1967, é fundada a Associação dos Cegos do Piauí (ACEP), entidade particular de interesse social que atende a pessoas cegas e de baixa visão. No ano seguinte, durante a realização do II Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais, em Brasília, é fundada a Associação Brasileira de Educação de Deficientes Visuais (ABDEV), sendo esta uma entidade privada sem fins lucrativos.

No ano de 1968, em Aracaju, de acordo com Mendonca e Souza (2018), é fundada por Paulo Donizete a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracaju/SE. A instituição surge a partir das dificuldades dos pais em encontrar escolas com atendimento na área da Educação Especial. Sendo assim, algumas famílias com objetivos incomuns se uniram para, juntos, encontrarem uma solução para o iminente problema da oferta de ensino para seus filhos deficientes.

A década de 1970, por sua vez, é conhecida como os anos de chumbo: a população não tem voz, visão nem movimento, e o Brasil vive o apogeu da Ditadura Militar. É criada nesse decênio a Associação Nacional de Desporto de Excepcionais, atual Associação Nacional de Desporto de Deficientes (ANDE), cujo objetivo principal é agregar especialmente deficientes com paralisia cerebral nos esportes.

Também em 1970 é criado pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) o Serviço de Estimulação Precoce para atendimento de bebês de zero a três anos de idade. Em 1971 é publicada pela ONU a Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Retardo Mental, com o intuito de proteger os direitos dos deficientes físicos e mentais.

Para Gomes et al. (2007, p. 15): “A deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento”.

No ano de 1977 foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA), que foi bastante criticada por ser composta somente por ouvintes engajados com a

problemática da surdez.

Já no ano de 1979, em Aracaju, é criada a Sociedade de Ensino e Reabilitação Rosa Azul, a priori com a denominação *Sociedade de Ensino e Reabilitação Física e Psicomotora Ltda.* Segundo Souza (2017); a fundação dessa entidade “está ligada à necessidade apresentada pela clientela deficiente em ter um atendimento multidisciplinar para as crianças e adolescentes [...] O objetivo da instituição é prestar assistência global a menores excepcionais, ajudando-os na relação familiar e social” (SOUZA, 2017, p. 120).

Partindo para a década de 1980, momento marcado por uma série de crises financeiras ao redor do mundo e baixa na economia brasileira, o ano de 1981 é considerado o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), cujo foco é dar visibilidade às pessoas com deficiência, objetivo alcançado com êxito.

Essa é uma década marcada por encontros que reivindicam os direitos e deveres das pessoas com deficiência, como também pela criação de associações, a exemplo da Associação dos Amigos dos Autistas (AMA), entidade beneficente e sem fins lucrativos. A AMA visa:

Proporcionar à pessoa com autismo uma vida digna: trabalho, saúde, lazer e integração à sociedade. Oferecer à família da pessoa com autismo instrumentos para a convivência no lar e em sociedade. Promover e incentivar pesquisas sobre o autismo, difundindo o conhecimento acumulado (AMA, 2011).

A Associação de Amigos do Autista em Sergipe – AMAS surge em 1987, a partir das dificuldades de quatro mães em encontrar na cidade de Aracaju atendimento para os seus filhos autistas. A entidade fornece atividades voltadas para “musicalidade, psicomotricidade, educação física, socialização, pré-alfabetização, terapia ocupacional, e psicológica (individual), e a sala AVD (Atividades de Vida Diária)”, como salienta (SOUZA, 2017, p. 127).

Souza (2017) compreende que “O autismo se caracteriza ainda como uma deficiência de caráter irreversível e acompanha distúrbios de comportamento. Sendo assim, necessita de integral apoio institucional que garanta seu efetivo atendimento” (SOUZA, 2017, p. 126). Portanto, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo elaborou no ano de 2011 uma cartilha que trata dos direitos das pessoas autistas, a qual conceitua o autismo como:

[...] um transtorno global do desenvolvimento (também chamado de transtorno do espectro autista), caracterizado por alterações significativas na comunicação, na interação social e no comportamento da criança. Essas alterações levam a importantes dificuldades adaptativas e aparecem antes dos 03 anos de idade, podendo ser percebidas, em alguns casos, já nos primeiros meses de vida. As causas ainda não estão claramente identificadas, porém já se sabe que o autismo é mais comum em crianças do sexo masculino e independente da etnia, origem geográfica ou situação socioeconômica (Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2011).

Ainda em 1987, a FENEIDA é reestruturada, sendo fundada no Rio de Janeiro a FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, entidade filantrópica que luta pelos direitos da Comunidade Surda Brasileira, cujo intuito é a divulgação da LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.

Em 1991, é fundada em Sergipe a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Sergipe – APADA. Trata-se de uma sociedade civil, filantrópica, assistencial e educativa, sem fins lucrativos [...] Tem por objetivo central a reabilitação e a educação especial, com cursos profissionalizantes para crianças e adolescentes com deficiência auditiva” (SOUZA, 2017, p. 134). A

exemplo das demais, essa entidade surge também por meio da luta de um grupo de pais e mães por atendimento para seus filhos deficientes.

IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SERGIPE

Em Sergipe, no ano de 1977 foi implantada, a passos lentos, a Educação Especial na capital aracajuana, conforme pontuado a seguir:

Com a criação de classes especiais na Escola de 1º Grau 11 de Agosto, atendendo a 41 alunos. Em 1978, esse atendimento foi ampliado para 120 alunos, com a implantação em mais duas unidades escolares, a Escola de 1º Grau Arício Fortes e a Presidente Médici (SEESP/MEC, s/d).

Essas classes especiais foram implantadas graças a um convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Educação com o Centro Nacional de Educação Especial (CNESE), órgão do Ministério da Educação que custeou os gastos.

Segundo Souza (2017), foi realizado um levantamento de dados, por meio de uma Comissão Estadual, a fim de apurar o quantitativo das pessoas deficientes em Sergipe, que perfazia na época um total de 11.626 pessoas.

De acordo com o levantamento, 80,10% desses deficientes residiam no interior e 19,90% na capital, sendo que 43,03% apresentavam deficiência motora; 25,96%, deficiência visual; 15,65%, deficiência auditiva; 24,32%, deficiência mental, e 8,96%, múltiplas deficiências.

Em 1983, a Universidade Federal de Sergipe ofereceu, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado, cursos de especialização voltados para crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Ainda segundo Souza (2017), entre os anos de 1985 e 1987 foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que, por meio de um documento, criticou a inserção do deficiente no mercado de trabalho, bem como a situação deles em nível nacional.

Em Sergipe, a criação do Centro de Educação Especial João Cardoso Nascimento Júnior foi impulsionada pela sociedade, profissionais da área da saúde e da educação, juntamente com o então secretário de Estado da Educação, em 07 de março de 1989, por meio do Decreto nº 10.313 (SOUZA, 2017).

A Educação Especial aparece contemplada, desde os programas mais abrangentes até em projetos específicos, e aparece um plano aparentemente inédito da Secretaria de Educação para a Secretaria de Educação Especial que foi submetido à SEESP/MEC, cuja proposta básica envolvia estabelecer convênio com o CELAEE (Centro de Educação Latino-Americano de Educação Especial) de Cuba, para implantar três centros de referências, em Educação Especial no âmbito do Estado, a saber: "Centro de Referência das Classes Especiais", "Centro de Educação Especial João Cardoso Nascimento Junior", e o "Centro de Referência em Educação Especial do Estado de Sergipe" (MATOS, 2007).

A implantação do Centro de Educação Especial João Cardoso Nascimento Junior foi coordenada pela então Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, dirigida na época por Antônio Fontes Freitas, no governo de Antônio Carlos Valadares. A diretoria do Departamento de Educação estava a cargo de Maria Edeilza Santos Damascena, e a direção da escola, logo após a sua criação, foi ocupada por Maria Irma Rezende Feitosa. Antônio Fontes Freitas atuou como consultor na

montagem de implantação do projeto do Centro e Maria Júlia dos Santos Cruz e Maria Irma Rezende Feitosa como técnicas responsáveis por essa iniciativa.

Intitulado “Implantação do Centro de Educação Especial Prof. João Cardoso Nascimento Junior, no ano de 1989”, o projeto tinha como objetivo atender às pessoas com deficiência da capital e do interior sergipano, favorecendo sua integração na sociedade.

Quando de sua criação o Centro contaria com os respectivos profissionais na área administrativa: um diretor, um vice-diretor, um administrador, um secretário, dois datilógrafos, um arquivista, um bibliotecário e dois atendentes. Já na área de apoio: uma cozinheira, dez serventes, dois porteiros e a possibilidade de contratação de uma firma de vigilância, caso houvesse necessidade.

Integrariam o corpo técnico oito pedagogos, para atuarem nos turnos matutino e vespertino, a fim de avaliar e acompanhar as atividades pedagógicas, sendo-lhes necessários conhecimentos na área de Educação Especial e Alfabetização; e ainda dois fonoaudiólogos, quatro assistentes sociais, um oftalmologista, um otorrinolaringologista, um neuropediatra, dois fisioterapeutas, dois psicólogos, dois professores de Educação Física e dois terapeutas ocupacionais com foco na área da Educação Especial.

A necessidade destes profissionais para atuarem no Centro se explica pelo fato de instituição funcionar inicialmente como escola, havendo “classes especiais [...] montadas para atender a crianças do pré-escolar na faixa etária de 0 a 6 anos (fase de alfabetização)” e por sua função ser a de “diagnosticar, tratar e fornecer educação especial” (SOUZA, 2017).

Na prática constatava-se a carência de profissionais, a falta de equipamentos necessários e a ausência de políticas públicas voltadas para a Educação Especial, contrapondo o que determinava a forma da lei.

Cruz e Souza (2017), ao investigarem as políticas públicas de Educação Especial em Sergipe, salientam que, no período por elas estudado, foi o Governo de Albano Pimentel do Prado Franco que mais desenvolveu projetos voltados para essa área. Elas também destacam o convênio firmado com o:

Centro Latino Americano de Educação Especial (CELAEE) de Cuba em 1996, o qual foi submetido à Secretaria de Educação Especial - SEESP/MEC. Objetivando a formação continuada de professores, estruturação da educação especial e a criação do Centro de Referência em Educação Especial do Estado de Sergipe - CREESE, bem como convênio com o Departamento de Educação - DED/UFS oferecendo cursos aos professores de ambas as instituições (CRUZ; SOUZA, 2017, p. 2).

Além disso, as autoras versam sobre a importância do surgimento, na década de 1990, de um grupo criado por uma professora que já pesquisava na área da Educação Especial, sendo a sua pesquisa de mestrado pioneira nessa perspectiva. Dessa forma surge:

Um grupo de estudos com o objetivo de estudar a educação especial na perspectiva inclusiva, criado pela Professora Dra. Iara Campelo. Esse núcleo realizou, juntamente com o Governo de Sergipe, a acolhida dos professores cubanos que ministraram cursos na área de educação especial em Sergipe, fruto de um convênio com o Centro de Referência Latino – Americano para Educação Especial/Cuba – CELAEE, visando à formação de recursos humanos para atuar na área e implantar em Sergipe o Centro de Referência em Educação Especial. Como apresentado anteriormente, os professores cubanos realizaram formação de professores estaduais, técnicos e alguns professores da UFS (CRUZ; SOUZA, 2017, p. 2-3).

Aspectos como esses reforçam o que era exigido na criação do Centro de Referência, a exemplo do recrutamento de profissionais com experiência de trabalho na área da saúde ou da Educação Especial. Todavia, era necessário também equipar todos os ambientes do Centro, bem como “Avaliar sistematicamente todos os projetos, programas e atividades desenvolvidas na instituição, promoção de cursos ofertados pela Universidade Federal de Sergipe” (Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, 1990).

Nos dias atuais, o CAEEJCNJ visa “Ser uma unidade Referencial de Educação Especial na Rede Estadual de Ensino, reconhecido pela capacidade e qualidade dos serviços educacionais oferecidos à sociedade sergipana” (PPP, 2017, p. 11). Ele tem a missão de:

Prestar um serviço educacional de excelência, contribuindo para a formação de crianças e adolescentes de alto comprometimento, capazes de atuar com independência, considerando as suas especificidades, num ambiente participativo, aberto e integrador, numa Escola reconhecida pelo seu humanismo e por elevados padrões de exigência e responsabilidade (PPP, 2017, p. 11).

Prima pelos valores da: “Autonomia; Discernimento; Respeito às diferenças; Solidariedade; Responsabilidade; Cooperação e Cordialidade” (PPP, 2017, p. 11).

Segundo Reis et al. (2017), a Escola tinha por objetivo em 2015 a promoção do “atendimento especializado a crianças com deficiência a partir da Estimulação Precoce até os 11 anos e 11 meses de idade, em nível de educação infantil, nos turnos matutino e vespertino”.

Em 2017, entretanto, houve mudanças no atendimento especializado a crianças com deficiência, passando a ser estabelecida a idade mínima para ingresso a partir dos seis anos, permanecendo até os 17 anos, 11 meses e 29 dias, considerando a Resolução nº 7, de novembro de 2014.

O ingresso do aluno na instituição se dá “prevalecendo a população de baixa renda, as quais sobrevivem de renda mínima, Benefício da Prestação Continuada – BPC do filho com deficiência e/ou auxílio do programa bolsa família” (PPP, 2017, p. 13).

No que concerne aos aspectos técnico-administrativos, de acordo com o site da SEED, em 2016 foram matriculados 90 alunos; já em 2017 foram realizadas 113 matrículas nos níveis de ensino de Educação Básica/Educação Especial. Ainda segundo o portal, a unidade de ensino não tem programas e projetos cadastrados, e só recebe as verbas do PDDE. A unidade educacional tem uma estrutura curricular composta por áreas como:

Psicomotora/letramento; Práticas educativas para a vida independente; Potencialidades dramáticas, musicais e lúdicas; Práticas de instrumentais de ampliação cognitiva e motora; Letramento e componentes curriculares; Comunicação Aumentativa e Alternativa; Expressão gráfico – plástica; Educação Física – práticas adaptadas; Tecnologia Assistiva (PPP, 2017, p. 16).

A rotina administrativa da instituição é composta por reuniões mensais de planejamento e pela busca de parcerias com a sociedade privada ou com ONGs filantrópicas, e a elaboração anual do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), ao qual tivemos acesso.

O CAEEJCNJ preocupa-se em atender às necessidades especiais da comunidade na qual está inserido, planejando seu trabalho em médio e longo prazos, com a finalidade de construir uma identidade própria. Por isso a importância de se elaborar um Projeto Político Pedagógico (PPP).

JOÃO CARDOSO NASCIMENTO JÚNIOR, PATRONO DA UNIDADE EDUCACIONAL

A unidade escolar João Cardoso Nascimento Júnior foi criada em março de 1989 pelo decreto nº 10.313, por Antônio Carlos Valadares, governador do Estado na época, e inicialmente foi denominada “Centro de Educação Especial Professor João Cardoso Nascimento”.

Em outubro de 1991, três anos após sua criação, e tendo João Alves Filho à frente do governo do Estado, o estabelecimento de ensino passou por recuperação nas suas instalações físicas, que se repetiram em julho de 1994.

Em junho de 2006, ainda no governo de João Alves Filho, o colégio passou por uma nova reforma e por adaptações, deixando de ser Centro e passando a ser denominado “Escola de Educação Especial Professor João Cardoso Nascimento Júnior”, pela Resolução nº 226/2003/CEE.

Em setembro de 2016, no governo de Jackson Barreto, a unidade escolar passou por outra reforma, tendo seus espaços ampliados, quando foi autorizada pela resolução nº 189/2015/CEE a oferta do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano.

O patrono, João Cardoso Nascimento Júnior, nasceu em 1º de junho de 1918, na cidade de Piquete, no estado de São Paulo, fruto da união de João Cardoso Nascimento e de Edelvira Brito do Nascimento.

Carinhosamente chamado de Joãozinho, era o irmão mais velho de Júnior, Edelvira, Josefina e Olavo. Seu pai, natural da cidade de Boquim, saiu do estado de Sergipe para tentar a sorte em São Paulo no ano de 1905, momento em que conhece a jovem Edelvira.

João Cardoso Júnior dividiu-se entre a cultura paulista, por parte da mãe, e a sergipana, por parte do pai. Todavia, devido à morte trágica de sua mãe ocasionada por um aborto, a família fixou residência na capital sergipana. Posteriormente, João Cardoso Júnior retornou para Piquete, sua cidade natal.

De acordo com Silveira (2008, p. 60), João Cardoso Nascimento Júnior “foi estudar no Colégio Salesiano São Joaquim, no ano de 1929, em regime de internato, concluindo o 4º período iniciado no Grupo Escolar de Piquete/SP”. Já entre os anos de 1930 e 1931, cursou o 1º e 2º anos ginasiais no Colégio São Joaquim de Lorena.

Com residência fixa em Aracaju, deu continuidade aos estudos em um pensionato do seu pai, num dos antigos sobrados situado nas proximidades do mercado Thales Ferraz. O senhor João Cardoso, patriarca da família, “convida dona Eulália de Lourdes Macedo, que era professora e parente da família Cardoso, para vir cuidar do filho e de outros jovens boquienses que precisassem vir para Aracaju dar prosseguimento à vida escolar” (SILVEIRA, 2008, p. 62).

João Cardoso Nascimento Júnior estudou no Colégio Tobias Barreto, posteriormente “transferiu-se para o Colégio Atheneu Pedro II, onde permaneceu até terminar o curso secundário e o bacharelado em Ciências e Letras, em 1935” (SILVEIRA, 2008, p. 62).

Na adolescência interessava-se pelos estudos, gostava de fazer novas amizades e, segundo Silveira (2008), era apaixonado pelo esporte, tanto que:

Começou a praticar remo nas águas do Rio Sergipe e natação no Cotinguiba Sport Club. Porém, foi o futebol que o deixou famoso e disputado pelos times locais, chegando a jogar aos domingos, pela manhã no Cotinguiba Sport Club, e à tarde, pelo Club Sportivo Sergipe. Esportista amador, o craque era conhecido como “o Paulistinha” (SILVEIRA, 2008, p. 65).

Segundo a autora já citada, João Cardoso conciliava a carreira de atleta com a formação intelectual desenvolvida, pois herdara do pai o gosto pelas leituras e assim, ao chegar ao

Colégio Atheneu Pedro II, em Aracaju, demonstrava um caráter humanitário, segundo afirmou a Irmã Aparecida (Edelvira), que foi aprimorado durante a construção de sua formação profissional. Em 1934, concluiu o secundário, iniciando o Bacharelado em Ciências e Letras, também no Colégio Atheneu Pedro II (SILVEIRA, 2008, p. 67).

Participou também ativamente do Grêmio Estudantil Cultural Clodomir Silva e iniciou o curso no Campo de Tiro de Guerra, no qual posteriormente viria a ser dispensado “devido a um problema de saúde apresentado nos exames realizados para o ingresso dos jovens no serviço militar” (SILVEIRA, 2008, p. 69). Concluiu sua formação em

19 de dezembro de 1945, na 125ª Turma de Médicos da Faculdade de Medicina da Bahia, uma das instituições mais antigas e respeitadas do Brasil. Especializou-se em Cirurgia da Tuberculose, sob a orientação do Professor José Silveira, na Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1943 (SILVEIRA, 2008, p. 77).

Logo após a colação de grau, João Cardoso Nascimento Júnior, em terras baianas, casou-se com a moça que conheceu durante o curso na Faculdade de Medicina da Bahia e em seguida, retornou para Aracaju, pois desejava apresentar a esposa à família. Passados alguns dias com os familiares, viajou para conhecer a família da esposa, que residia em Vitória da Conquista/BA. No meio do percurso, passou em Maceió/AL para reencontrar a irmã Edelvira.

Como já tinha demonstrado nos estudos uma intelectualidade acima da média, o jovem médico foi aprovado para fazer um curso de Aperfeiçoamento na cidade do Rio de Janeiro, ao tempo em que iniciou o Curso de Extensão Universitária, e assim, em 1947, no mês de janeiro, concluiu os dois cursos e retornou para Sergipe, sendo convidado para assumir o Departamento de Saúde Pública, onde também despertou-se para o ofício do Magistério.

Por ter estudado nas duas faculdades prestigiadas do país e por ter obtido bastante conhecimento nos campos cultural, social e educacional, assumiu lugares de destaques no cenário sergipano, contribuindo de forma especial também para educação do Estado, pois começou a exercer e ter influência em decisões importantes nesse setor.

O entrelace da medicina e da docência deu-se pouco tempo depois da conclusão das especializações realizadas no Rio de Janeiro no ano de 1947, aproximadamente um ano depois que chegou a Sergipe, pois, no início de 1948, começou a lecionar no Curso de Formação de Professoras Primárias no Instituto de Educação Rui Barbosa.

A partir desse período, foi nomeado professor da cadeira de Puericultura e Educação Sanitária, através do Decreto de 17 de julho de 1948, e os dois ofícios passaram a fazer parte da sua vida, em função do seu trabalho como médico Puericultor da Higiene Escolar do Departamento de Saúde Pública de Sergipe. Sobre seu afastamento das atividades ligadas à medicina, Silveira (2008) coloca que:

João Cardoso Nascimento Júnior afastou-se de suas atividades como médico a partir de 1954-1962 para dedicar-se ao exercício docente como professor, fundando, assim, a primeira Escola de Serviço Social de Sergipe e da Faculdade de Medicina de Sergipe (1963-1983). (SILVEIRA, 2008, p. 125).

As pesquisas e leituras informam que o Professor Dr. João Cardoso Nascimento Júnior, por todo o envolvimento com as decisões ligadas ao crescimento educacional do Estado, foi o primeiro reitor da

Universidade Federal de Sergipe no ano de 1968, data em que esta foi fundada. Por merecimento, durante a história da sua carreira magnífica como médico e professor, recebeu inúmeras homenagens e se fez presente na criação da primeira Faculdade de Medicina de Sergipe e dentro desta instituição participou ativamente da campanha para a criação e fundação da Universidade Federal em Sergipe, sendo assim, aquele que iniciou a trajetória acadêmica dessa universidade.

Pela ousadia, visão empreendedora e por ter estado em momentos grandiosos da história que permeia a sociedade sergipana, sendo fomentador de grandes ideias, ideais e de um olhar para além do seu tempo, o caminhar de João Cardoso, como professor e médico, foi alicerce para outras histórias de intelectuais sergipanos que o tiveram como espelho.

João Cardoso Nascimento Júnior foi professor titular da Faculdade de Medicina, médico, cronista, primeiro reitor da Universidade Federal de Sergipe e secretário Estadual de Educação e Cultura de Sergipe.

Lecionou nas cadeiras de Puericultura e Educação Sanitária; Aspectos Psicopedagógicos da Conduta do Menor; Fundamentos Biológicos da Educação; Ciências e Letras e Higiene Preventiva do Trabalho. Deixou um grande legado nas áreas da Educação e Saúde do Estado de Sergipe.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A pesquisa em voga apresentou um breve panorama de iniciativas políticas voltadas para a Educação Especial no Brasil, com base em decretos, leis, portarias e relatórios relativos à sua implantação em Sergipe, tendo como ponto principal a criação da Escola de Educação Especial Professor João Cardoso Nascimento Júnior, hoje Centro de Atendimento Educacional Especializado João Cardoso do Nascimento Júnior.

É notório o quanto as leituras foram fundamentais para a construção do artigo, assim como todo o arcabouço documental por meio do qual foi possível compreender as alterações dos nomes e das normas de funcionamento da instituição.

Por meio do panorama dos movimentos e ações voltadas para a Educação Especial no Brasil e em Sergipe, assim como a fundação de instituições com foco no atendimento a pessoas com deficiência, pode-se perceber a necessidade da criação do Centro na capital sergipana para atender às necessidades da sociedade, onde a demanda aumentava e os espaços eram insuficientes.

A criação do centro foi de suma importância no espaço temporal, e mais ainda por ser a primeira instituição da Rede Estadual com direcionamento ao atendimento de pessoas com deficiência de alto comprometimento.

O professor e Dr. João Cardoso Nascimento Júnior foi uma personalidade importante, um homem culto que abraçou Sergipe e participou de grandes acontecimentos na sociedade aracajuana, contribuindo com a sua perspicácia e o seu conhecimento nas áreas da saúde e da educação, tinha um olhar humanizado e um comprometimento imensurável com a sociedade.

O CAEEJCNJ, e seu patrono têm uma missão dentro da sociedade aracajuana, que é ofertar um atendimento de qualidade para as pessoas com deficiência múltipla de alto comprometimento, potencializando e respeitando as diferenças e possibilidades individuais. Que continue escrevendo uma história especial na sociedade sergipana.

REFERÊNCIAS:

Associação de Amigos do Autista – AMA. **A MISSÃO DA AMA É**. 2011. Disponível em: <http://www.ama.org.br/site/missao.html>. Acesso em: 22 fev. 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Para Todos: O movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. s/d.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 05 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <https://proplan.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/7/2014/09/LEI-n%C2%B0-9.394-de-20-de-dezembro-de-1996.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 05 jan. 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em: 20 nov. 2018.

CRUZ, Cândida Luísa Pinto; SOUZA, Rita de Cácia Santos. **A trajetória da educação especial a educação inclusiva na contemporaneidade em Sergipe**. In: 10 Encontro Internacional de Formação de Professores/11 Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional. Aracaju/SE, 2017.

GOMES, A. L. L. et al. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Mental**. Brasília: DF, 2007.

MATOS, Nelson Dagoberto de. A política de educação especial no estado de Sergipe (1979-2001). **Rev. bras. educ. espec.** v.13 n.1 Marília jan./abr, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382007000100006>. Acesso em: 07 ago. 2018.

MENDONÇA, Ana Cláudia Sousa; SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) – Aracaju: Formação de professores e práticas educativas (1968-1988)**. Aracaju: Criação, 2018.

SERGIPE. **Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial**. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia – Departamento de Educação/Centro de Educação Especial. Aracaju/SE, 1990.

SILVEIRA, Jussara Maria Viana. **Da Medicina ao Magistério: aspectos da trajetória de João Cardoso Nascimento Júnior**. 2008. 348 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2008.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação Especial em Sergipe (Séc. XX): uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju: Criação, 2017. 180 p.

SÃO PAULO. **Direitos da Pessoa com Autismo**. Defensora Pública do Estado de São Paulo, 2011. Disponível em:

https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/34/figuras/DireitosPessoasAutismo_Leitura.pdf. Acesso em: 22 fev. 2018.

[1] A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede Apae destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional. <http://apae.com.br/>